

Embates ideológicos em torno da palavra “diálogo” durante a implementação da reorganização escolar de 2015

Ideological conflicts on the word “dialogue” during the implementation of the school reorganization of 2015

Cynthia Yuri Galelli¹

cinthiagalelli@gmail.com

Universidade Estadual Paulista

Luiza Bedê¹

luiza_bede@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista

RESUMO - Segundo a perspectiva bakhtiniana do discurso, as palavras possuem dois modos concomitantes de existência na linguagem, um deles é o que permanece estável e reiterável, o qual chamamos de significação; o outro é único e irrepitível, denominado tema, o qual permite que haja embates entre diferentes vozes sociais demonstrando, assim, as ideologias que as operam. Tendo em vista esses conceitos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin, analisaremos os discursos produzidos durante as ocupações dos secundaristas nas escolas públicas estaduais paulistas, no segundo semestre de 2015. Essas ocupações foram motivadas em resposta ao projeto de reorganização escolar proposto pelo governo estadual. Neste trabalho, cotejaremos dois discursos: o dos contrários à reorganização escolar, ou seja, os secundaristas, e o do governo, os proponentes da medida. Esses discursos fizeram emergir embates ideológicos em torno da palavra “diálogo” e é em torno dessa tensão que construiremos nossas reflexões. Para a análise do discurso dos secundaristas, utilizaremos como *corpus* o documentário “Acabou a paz: isto aqui vai virar o Chile” de Carlos Pronzato, e o discurso do governo analisado neste artigo corresponde aos enunciados produzidos pelo Governador Geraldo Alckmin, pelo então secretário da educação Herman Voorwald e por Fernando Padula, ex-chefe de gabinete da secretaria da educação, retirados de entrevistas concedidas a diferentes corporações midiáticas. A análise, elaborada com o suporte teórico bakhtiniano, fez emergir os diferentes sentidos relacionados às diferentes vozes sociais que a palavra diálogo assumiu durante o período estudado.

Palavras-chave: diálogo, vozes sociais e ideologia, círculo de Bakhtin, reorganização escolar.

ABSTRACT - According to Bakhtin’s perspective on discourse, words possess two concomitant ways of existence in language. One of them is that which remains stable and reproducible; it is called meaning. The other one, the theme, is unitary and unreproducible, which allows clashes of different social voices to exist, demonstrating the ideologies which operate over them. With the concepts developed by the Bakhtin Circle, we will analyze the discourses produced during the occupations made by high-school students in the state public schools of São Paulo, in the second semester of 2015. These occupations were motivated in response to the project of school reorganization proposed by the state government. In the present work, we will contrast two discourses: the one from those who were against the school reorganization, that is, the high-school students, and the one from the government, the project proponent. These discourses generated ideological conflicts around the word “dialogue”; our study is built on these tensions. To the analysis of the students’ discourse, we will use the documentary “Acabou a paz: isto aqui vai virar o Chile”, by Carlos Pronzato, as corpus. The analysis of the government discourse corresponds, in this article, to the utterances produced by Governor Geraldo Alckmin, by Herman Voorwald, former Secretary of Education of São Paulo, and by Fernando Padula, former chief of staff of the Secretariat of Education. The utterances were taken from different interviews. The analysis, based on the bakhtinian theoretical framework, has developed different meanings related to the different social voices that the word “dialogue” assumed during the studied period.

Keywords: dialogue, social voices and ideology, Bakhtin circle, school reorganization.

¹ Doutorandas bolsistas Capes. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus Araraquara. Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1, Machados, 14800-901, Araraquara, SP, Brasil.

A palavra torna-se um material do enunciado apenas como expressão da avaliação social. Por isso, a palavra entra no enunciado não a partir do dicionário, mas a partir da vida, passando de um enunciado a outros. A palavra passa de uma totalidade para outra sem esquecer o seu caminho, ela entra no enunciado como uma palavra da comunicação, saturada de tarefas concretas dessa comunicação: históricas e imediatas (Medviédev, 2012, p. 185).

Introdução

No dia 23 de setembro de 2015, o jornal *Folha de S.Paulo* publica uma reportagem cuja manchete surpreende a comunidade escolar da rede pública “SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries” (Monteiro, 2015). O então secretário da educação do estado de São Paulo, Herman Voorwald, anuncia nessa reportagem um novo projeto para as escolas estaduais, a chamada Reorganização Escolar.

A reorganização, tal qual foi anunciada pela primeira vez, teria como objetivo que cada escola oferecesse somente um dos três ciclos do ensino básico: anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Para isso, milhares de alunos teriam que ser transferidos de suas unidades. Além disso, a medida afetaria até mil escolas e interferiria na rotina dos adolescentes, das crianças e de suas famílias, além da dos professores.

Essa notícia teve repercussão imediata e alterou consideravelmente todo o cotidiano escolar do terceiro bimestre de 2015, levando grande parte dos estudantes, pais e professores às ruas, lotando audiências públicas com discussões acaloradas, acompanhadas de manifestações e mobilizações nas redes sociais. Apesar das reivindicações, os estudantes, que afirmavam constantemente que não estavam sendo ouvidos, decidiram por uma nova tática: ocupar as escolas que seriam fechadas ou reorganizadas.

A regularidade de enunciados como esses, que reivindicavam o direito à participação no processo de reorganização, fez emergir embates ideológicos em torno da palavra “diálogo”. O governo, por sua parte, iniciou uma grande empreitada para divulgar na mídia e nos meios oficiais de comunicação, tais como sites, blogs, canais de vídeos oficiais etc., que estavam abertos ao diálogo e que este direito estava sendo inquestionavelmente respeitado.

Seguindo a perspectiva bakhtiniana de que o discurso é constituído de relações dialógicas, onde manifestam-se lutas de vozes e de que é em momentos de contradições sociais (Bakhtin/Volochínov, 2010) que percebemos com mais facilidade os embates ideológicos presentes nas palavras, desenvolveremos nossas reflexões em torno da afirmação e da negação de que houve diálogo na implementação do projeto de reorganização, no discurso do governo e no discurso produzido pelos secundaristas, respectivamente.

O discurso do governo, analisado neste artigo, corresponde aos enunciados produzidos pelo governador

Geraldo Alckmin (TV Uol, 2015), pelo então secretário da educação Herman Voorwald (Secretaria da Educação, 2015a, 2015b, 2015c) e por Fernando Padula, ex-chefe de gabinete da secretaria da educação (Jornalistas Livres, 2015). Essas materialidades foram retiradas de entrevistas concedidas a diferentes corporações midiáticas, detalhadas na sessão dedicada à análise, e de um áudio vazado na internet de uma reunião extraordinária entre Padula e os dirigentes de ensino. Para a análise do discurso dos secundaristas, utilizaremos como *corpus* discursivo enunciados do documentário “Acabou a paz: isto aqui vai virar o Chile” de Carlos Pronzato (Pronzato, 2016).

Uma breve exposição da metodologia

Com o intuito de compreender esses enunciados em profundidade é necessário observar as concepções de mundo que estão materializadas nos discursos em circulação, no período de tentativa de implementação do projeto de reorganização. Porém, tais concepções de mundo não são percebidas facilmente, pois o enunciado reflete e refrata uma determinada realidade (Bakhtin/Volochínov, 2010), fazendo com que o movimento que se instaure nas análises seja o da estabilidade e instabilidade, na reflexão e refração.

Assim, para preservarmos os aspectos histórico-sociais dos enunciados analisados, é de suma importância adotarmos uma metodologia que conserve elementos essenciais para a produção de sentido, para isso, utilizaremos a metodologia dialógica desenvolvida pelos autores do Círculo de Bakhtin, pois ela privilegia a relação do texto com o contexto, tendo em vista a relação e os possíveis embates entre eles.

O enunciado está relacionado com outros textos, o contato entre diversos textos é, em certa medida, o contato do eu com o outro. O texto só tem vida contactando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo. Salientamos que esse contato é um contato dialógico entre textos (enunciados) e não um contato mecânico de “oposição”, só possível no âmbito de um texto entre os elementos abstratos e necessários apenas na primeira etapa da interpretação. Por trás desse contato, está o contato entre indivíduos e não entre coisas. Se transformarmos o diálogo em um texto contínuo, isto é, se apagarmos as divisões das vozes o que é extremamente possível, o sentido profundo desaparecerá (bateremos contra o fundo, poremos um ponto morto) (Bakhtin, 2011a, p. 401).

Para nós, estudiosos da linguagem, refletir acerca dos enunciados é pensar sua totalidade, trazer à tona outros enunciados que estão em relação com aquele pesquisado. Para isso, é necessário “cotejá-lo com outros enunciados fazendo emergirem mais vozes para uma penetração mais profunda no discurso, sem silenciar a voz que fala em benefício de um já dito que se repete constantemente” (Geraldí, 2012, p. 29).

O cotejamento de enunciados é, portanto, um caminho metodológico importante que assumiremos nas análises, assim torna-se essencial que relacionemos o uso da palavra “diálogo” advindo desses dois diferentes lugares sociais, tanto o do discurso institucional, quanto o do discurso dos secundaristas, pois esses discursos quando cotejados fazem emergir, em contraposição, o embate ideológico dessas diferentes vozes sociais. Ainda sobre a relação entre o texto e o contexto, a escolha dos enunciados está intrinsecamente relacionada com o momento de produção e o espaço de circulação desses enunciados. No nosso caso, esse momento de produção é o segundo semestre de 2015, durante as ocupações nas escolas públicas paulistas.

Do enunciado concreto ao signo ideológico

A ideia vigente, até então, no campo da Linguística de que a língua necessitava apenas do falante e do objeto é categoricamente oposta ao que os autores do Círculo de Bakhtin traçaram em seus estudos, já que aquela desconsiderava a participação responsiva do ouvinte. Na teoria bakhtiniana, em uma comunicação real, o falante ativo cria sua forma de comunicação, porém o aspecto de grande relevância e pioneirismo da teoria do Círculo é a participação ativa do ouvinte.

O ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa oposição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; [...] Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva; toda compreensão é prehe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (Bakhtin, 2011c, p. 271).

O ouvinte, aquele que participa da comunicação junto ao falante, não é meramente um receptáculo, um depósito de enunciados. Ele participa ativamente do processo de comunicação. O enunciado vivo, portanto, é, necessariamente, responsivo já que dele sempre floresce(m) resposta(s). Assim, todas as relações humanas de comunicação se realizam em volta dos enunciados, são eles que determinam a relação *eu/ outro*. Desse modo, é de substancial importância a compreensão de *enunciado* nesta teoria para entendermos a importância da linguagem para a comunicação e os seus reflexos nas relações sociais da vida concreta.

Colocando-nos em um panorama geral do conjunto da obra dos autores do Círculo de Bakhtin, o enunciado passa a ter um indicativo de forma, não definitivo, mas sempre em constante transformação, que só nos é possível perceber mediante a inserção deste conceito dentro da natureza dialógica, na qual é imprescindível no mínimo dois sujeitos, em uma relação estritamente real, sem subjetivismos e abstrações, sempre no âmbito da vida. O enunciado, portanto, passa a ser concreto, pois nele

se materializam os valores, a visão de mundo de quem o pronuncia e daquele que responde ao ouvir. Desse modo, os valores sociais presentes nos enunciados são percebidos por meio dos signos ideológicos.

No livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (Bakhtin/Volochínov, 2010), há o exemplo célebre de signo ideológico: o instrumento de trabalho, o martelo, enquanto material no sentido físico, possui um significado, uma função, porém pode ser transformado em um signo ideológico ao se tornar uma representação, por exemplo, de um partido político ou um emblema da União Soviética.

A partir do momento em que o signo ideológico assume o sentido de um determinado grupo ou contexto, refrata outra realidade, a realidade da ideologia.

As leis dessa realidade são as leis das comunicações semióticas e são diretamente determinadas pelo conjunto de leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos (Bakhtin/Volochínov, 2010, p. 36).

Assim, a realidade da ideologia não está apenas presente de forma marcante na produção de sentido da realidade concreta, mas ela é intrínseca à comunicação social, as ideologias perpassam tanto a vida concreta como a arte. Um estudo meramente lexical e filológico não abarcaria a complexidade do signo ideológico e as influências desses na vida concreta.

Ideologia, para Bakhtin, segundo Augusto Ponzio (2011, p. 115), aproxima-se das “ciências das ideologias” desenvolvidas por Karl Marx e Friedrich Engels (2007), uma vez que ambos partem da constatação de que as ideologias são determinadas pelas classes dominantes que, por sua vez, se interessam em ocultar as contradições da vida e, por conseguinte, manter a divisão da sociedade em classes. As classes dominantes, baseadas em valores morais e na dominação material dos bens de produção, estipulam regras e costumes em seu próprio grupo e refratam esses valores por meio de signos ideológicos para outras classes sociais e, desta maneira, tornam-se dominantes sobre outros grupos sociais.

Segundo Karl Marx e Friedrich Engels, na *Ideologia Alemã* (2007), ao discorrerem sobre o papel desempenhado pela ideologia na sociedade de classe:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidas aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais falta o meio de produção espiritual (Marx e Engels, 2007, p. 47, grifo dos autores).

Para Marx e Engels as ideologias só são passíveis de execução na classe dominante, como forma de

dominação – já que apenas essa classe detém os bens materiais e os meios de produção, assim, cabe à classe dominada se reconhecer enquanto oprimida, perceber a repressão social que sofre, criticar a manipulação imposta e criar novas formas de produção e, quiçá, uma nova ordem de organização.

O signo extraído da luta tensa de classes, que se encontra do outro lado da luta de classes, será inevitavelmente atrofiado, degenerará em alegoria, torna-se-á objeto de compreensão filológica e não de interpretação social viva. A memória histórica da humanidade é cheia de tais signos mortos que não conseguem ser a arena de confrontação de acentos sociais vivos [...] Mas é exatamente aquilo que torna o signo ideológico vivo e mutável, o mesmo que faz dele o meio de refração e de deformação do ser. A classe dominante visa atribuir ao signo ideológico um caráter eterno, destituído de classe, e atenuar ou recalcar a luta de acentos sociais que ocorre nele, para considerar um acento único (*monoakcentrism*) (Volochínov in Tchougounnikov, 2003, p.14).

O signo verbal, na ideologia acabada e dominante, por sempre responder aos interesses da classe é sempre reacionário, centrípeto, pois falta-lhe o acento social (Tchougounnikov, 2003), porém, muito embora tenhamos uma classe dominante que pretende silenciar todas as contradições sociais, é no signo ideológico que encontramos brechas para a transformação, pois o signo ideológico não possui um único sentido, e sim um traço de “pluriacentuação” (Ponzio, 2011, p. 137), é nele que se entrecruzam acentos ideológicos que seguem tendências diferentes, é nele que percebemos a luta de classe.

Os signos ideológicos pertencentes a determinadas classes sociais refratam a realidade compatível com a vida vivida. Essa refração pode ser feita por meio de afirmação da classe social a qual o sujeito pertence ou por negação da classe a que o sujeito não pertence, assim “as classes sociais encontram expressão e realização nas ideologias” (Ponzio, 2011, p. 116) por meio dos signos ideológicos.

Os signos podem ser tanto de natureza físico-material, como o martelo, quanto a palavra, que, segundo Bakhtin/Volochínov (2010), “é um signo ideológico por excelência” (p. 36), pois “a representação do mundo é melhor expressa por palavras, por não precisar de outro meio para ser produzida a não ser pelo próprio ser humano em presença de outro ser humano” (Miotello, 2005, p. 170). Observar os diferentes sentidos que a mesma palavra pode obter em diferentes contextos de produção é um exemplo de como as ideologias estão presentes nelas, assumindo diversas formas de funções estéticas, científicas, religiosas, políticas, etc.

A realidade ideológica: A palavra e a arena de lutas

Segundo Volochínov (2013), há três diferentes realidades que regem a vida social, a primeira delas é a

realidade objetiva na qual percebemos os objetos e sua natureza, sua forma e sua funcionalidade na vida cotidiana; a segunda realidade seria a material, esta é intocável e se materializa nos sons da fala, articulada pelo aparelho fonador, ou seja, é regida pela fisiologia e pelas leis da natureza, porém é importante destacar que som articulado que não reflita a realidade objetiva não faz desse som uma palavra. A terceira, a qual destacamos neste trabalho, é a realidade ideológica, que é composta pelos signos ideológicos e que produz um sentido diferente daquilo que sua forma, sua natureza, sua funcionalidade representa. O seu significado está fora do âmbito da realidade objetiva, está refratada para outra realidade, a realidade dos signos ideológicos.

As três diferentes realidades, do ponto de vista dialógico, possuem uma relação intrínseca uma com a outra, a existência de qualquer uma dessas realidades está condicionada à existência das duas outras realidades. Porém, as palavras têm uma natureza diferente. As palavras, assim como os signos ideológicos, não pertencem, em um primeiro plano, à realidade objetiva, elas estão vinculadas “desde o início a um fenômeno puramente ideológico” (Volochínov, 2013, p. 193), ou seja, estão ligadas à realidade ideológica. Assim, a célebre frase “a palavra é um signo ideológico por excelência” se justifica porque a existência da palavra, por não ser um objeto da natureza, é primeiramente proveniente do universo dos signos ideológicos. Isso não significa que a palavra não pertença, em nenhum momento, à realidade objetiva, mas o que gera a palavra – e seu sentido – está no âmbito ideológico, conforme a afirmação de Volochínov que “toda realidade objetiva da palavra consiste exclusivamente na sua destinação de ser um signo. Na palavra não existe nada que seja indiferente a esta destinação e que não tenha sido por ela gerado” (Volochínov, 2013, p. 193).

A palavra passa a pertencer também à realidade objetiva quando, munida de sentido, reflete a realidade objetiva. A unidade verbal, quando deslocada do seu ambiente social, está fadada à ornamentação pois, exatamente por pertencer à realidade ideológica, seu sentido parcialmente completo se dá no intercâmbio comunicativo, com pelo menos dois sujeitos participantes da enunciação viva. Desse modo, a palavra é “preenchida” de sentido, a cada enunciação, a cada momento no qual é colocada no universo dialógico da linguagem. Tal preenchimento, na teoria bakhtiniana, é chamado de tema.

Segundo Bakhtin/Volochínov (2010), o tema do enunciado se constitui por aquilo que é extraverbal, ou seja, é considerado o momento em que o enunciado é produzido, quem o diz e sua instância histórica, não se limitando, assim, às formas meramente linguísticas, no entanto, os autores não excluem a fundamental importância dos aspectos formais da língua: para tais, nomeiam significação. Portanto, a significação é dotada de elementos *reiteráveis, estáveis e idênticos*. Assim, a

relação dialética entre o tema e a significação é constituinte da perspectiva de que a língua e as palavras são (re) construídas a cada comunicação.

O tema é um sistema de signo dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. O tema é uma *reação da consciência em devir ao ser em devir*. A significação é um *aparato técnico para a realização do tema*. Bem entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a significação e o tema. Não há tema sem significação e vice-versa (Bakhtin/Volochinov, 2010, p. 134, grifo do autor).

Assim, se o tema é reconstruído de acordo com a situação concreta na qual ele está inserido, as palavras não possuem apenas um sentido, mas sim sentidos que são direcionados de acordo com as questões materiais da vida cotidiana. Portanto, certas palavras ditas por sujeitos distintos possuem diferentes sentidos, dos quais ressaltam-se as ideologias de diferentes grupos sociais.

A *arena de lutas* é instaurada a partir da reflexão acerca da natureza ideológica do signo linguístico. Se o signo linguístico não está isolado da realidade, se nele estão impregnados traços e valores sociais, logo os signos verbais tornam-se um espaço relevante para analisar e conhecer os conflitos da realidade concreta, ou seja, as relações de dominação e de resistência. Assim, o signo, na perspectiva bakhtiniana, se torna uma arena em que se percebe a luta de classe.

Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento da sua expressão, como um produto da interação viva das forças sociais (Bakhtin/Volochinov, 2010, p. 67).

O enunciado produzido pelos sujeitos materializa, por meio dos signos, os valores contraditórios, as visões de mundo, as ideologias de determinados grupos sociais. Nesse ponto é importante lembrar que o signo ideológico não nos remete de forma unívoca à realidade concreta, de modo que nele se reflita, meramente, a realidade. Além do reflexo, destacamos também o processo de refração da realidade, pois “os sujeitos apreendem a ordem do real de um modo específico, ou seja, aqueles que suas condições de vida lhes permitem apreender. Essa seria uma das razões pelas quais o signo ao refletir, mas também ao refratar, silencia sempre como forma de significar” (Zandwais, 2009, p. 110).

Assim, os possíveis sentidos de um enunciado não refletem apenas uma realidade específica, de um determinado grupo ou classe. Os sentidos vão se (re)produzir de acordo com a leitura de mundo daquele *outro*, díspar que “recebe” o enunciado com a postura responsiva e ativa necessária para compreendê-lo. De posse de suas experiências individuais e sociais do sujeito, o sentido é refratado, tangenciado da realidade. Essa refração não é de modo

algum um equívoco, mas sim um exímio lugar em que se dá o encontro do *eu* com o *outro*, um espaço importante para percebemos a natureza dialógica da linguagem em um destemido contato com o desconhecido que cria e (re)cria a realidade incessantemente.

Desse ponto de vista, a utilização da palavra diálogo tanto por um grupo social, o alunado, quanto pelo grupo institucional, a secretaria da educação, põe em jogo as relações dialógicas que as palavras possuem de modo a emergir os confrontos entre essas vozes sociais, pois a mesma palavra é dita, sob a mesma materialidade lexical. Porém a analisaremos os juízos que são feitos pelos sujeitos, em que se criam diferentes modos de enunciação.

Embates ideológicos na palavra “diálogo”

O corpus discursivo deste artigo compõe-se de dois discursos: o dos contrários à reorganização escolar, ou seja, os secundaristas, e o do governo, nas figuras de seus representantes, os proponentes da medida. Os enunciados produzidos pelos secundaristas foram retirados do documentário de Pronzato, “Acabou a paz: isso aqui vai virar o Chile”, e estão identificados na análise com o [S]; os enunciados produzidos pelo secretário estadual da educação do estado de São Paulo, recolhidos de entrevistas concedidas ao Portal da Educação, disponíveis no canal da Secretaria da Educação no *youtube*, estão marcados por [SE]; o enunciado do governador, retirado de uma entrevista concedida à jornalista Amanda Klein, está designado por [G] e os enunciados produzidos por Fernando Padula, chefe de gabinete do secretário da educação, em reunião extraordinária com os supervisores regionais da educação, estão identificadas como [CG]. Nos trechos em que não foi possível compreender as falas, sinalizamos com o termo “(inaudível)”.

Os enunciados dos secundaristas, transcritos a seguir, denunciam a falta de preocupação prévia do governo em consultar a comunidade escolar sobre o projeto da reorganização. Eles relatam que não houve nenhum tipo de diálogo com os estudantes e que eles se sentiram excluídos e marginalizados do debate e da discussão de um projeto pelo qual eles seriam os principais afetados.

[S1] 11'10” Essa reorganização chegou do nada, chegou no finzinho do ano e chegou do nada, todo mundo não concordou porque a gente gosta daqui como se fosse a nossa casa. Então a gente não quer sair daqui porque ele acha que é melhor fazer isso, porque a gente sabe que não vai melhorar (Pronzato, 2016).

[S2] 23'09” Aqui não perguntaram pra gente, sabe, assim, tipo, pô, vocês querem, sei lá, nem teve debate sobre isso (Pronzato, 2016).

[S3] 23'18” Um projeto que vai afetar diretamente a comunidade escolar não consultou a comunidade escolar (Pronzato, 2016).

[S4] 23'24” Não veio ninguém falar com a gente na escola, a coordenadora não falou nada, nem diretora, nem professor, eu

fiquei sabendo por causa das manifestações que começaram a ocorrer, né e não teve diálogo algum, tipo, ninguém veio perguntar pra gente, se a gente queria mudar de escola. Se a gente queria ir pra uma escola muito longe. Ninguém veio saber da gente (Pronzato, 2016).

Expressões como “chegou do nada”, “no finzinho do ano” revelam como os secundaristas se sentiram pegos de surpresa pela notícia, anunciada por uma reportagem e pelas manifestações de outras escolas, como em “eu fiquei sabendo por causa das manifestações que começaram a ocorrer”.

É significativa a base da negação na construção desses enunciados. As partículas negativas “não”, “nem”, “ninguém”, “nada”, “não...algum” acompanham os significados em torno da palavra “diálogo” e de palavras que podemos considerar, neste momento, sinônimas: conversa, consulta, debate: “não perguntaram pra gente”, “nem teve debate sobre isso”, “não consultou a comunidade escolar”, “Não veio ninguém falar com a gente na escola, a coordenadora não falou nada, nem diretora, nem professor”, “não teve diálogo algum”, “Ninguém veio saber da gente”. O recurso discursivo da negação está relacionado às práticas de proibições e exclusões, sinalizando que os estudantes se colocam como excluídos dos debates sobre o projeto da reorganização e também proibidos de construir em conjunto com as instituições as reformas ligadas à educação, portanto, o discurso dos secundaristas se insere no polo contrário às ideologias que flertam com iniciativas impositivas.

Segundo Indursky (1992), o recurso da negação faz emergir a presença discursiva do outro, pois insere em seu discurso a voz do outro, revelando as fronteiras entre discursos ideológicos antagônicos, o que nos remete ao conceito de dialogismo e responsividade de que falam Bakhtin/Volochínov (2010). Quando os estudantes usam os recursos da língua para produzir negação ao se referirem às palavras “diálogo”, “consulta”, “conversa”, eles estão respondendo negativamente ao discurso de que a reorganização tenha sido planejada de forma democrática.

Além de os secundaristas terem denunciado a falta de debate inicial entre os estudantes e o governo na fase de elaboração do projeto, eles anunciam também os empreendimentos frustrados de entrar um diálogo com o governo durante a fase (tentativa) de implementação, culminando na prática da última alternativa: as ocupações de escolas.

[S5] 17'20” a gente foi com bastante gente, a primeira vez a gente subiu na secretaria da educação pra conversar lá com a secretaria, levar nossas pautas, nossas propostas, eles não ouviram, e a gente foi percebendo mesmo que não dava pra ficar só pedindo as coisas, que a gente ia ter que exigir (Pronzato, 2016).

[S6] 17'37” Enfim, antes de decidir fazer a ocupação nós já tínhamos feito outras coisas, já tínhamos nos mobilizado de outras maneiras mas infelizmente não houve um retorno positivo (Pronzato, 2016).

[S7] 17'50” A secretaria aqui de São Paulo fecha as portas totalmente para a população, a gente não consegue chegar lá e dialogar (Pronzato, 2016).

[S8] 19'40” A gente tava fazendo manifestações quase que toda semana contra a reorganização, e a gente viu que não tava dando certo, que mesmo assim o governo não dialogava com a gente (Pronzato, 2016).

Além do recurso da negação, já comentado anteriormente, os estudantes justificam a tática de ocupações nesses enunciados empregando os verbos no pretérito imperfeito, para afirmar que as ações empreendidas no momento de indagações ocorreram mais de uma vez, com o uso do gerúndio, que ajuda a reforçar essa ideia de tentativas contínuas: “não dava pra ficar só pedindo as coisas, “nós já tínhamos feito outras coisas, já tínhamos nos mobilizado de outras maneiras”, a gente tava fazendo manifestação toda semana e a gente viu que não tava dando certo”. Essas orações acompanham as orações adversativas, que mostram uma contradição entre as tentativas de diálogo empreendidas por eles e as ações do governo: “mas infelizmente não houve um retorno”, “mesmo assim o governo não dialogava com a gente”.

Muitos desses enunciados também revelam, com a utilização recorrente do verbo “querer”, que a reorganização escolar estava sendo efetuada contra a vontade dos estudantes, o que nos volta a remeter a uma memória produzida nos discursos autoritários. No enunciado [S1], por exemplo, esse sentido de autoritarismo revela a oposição das duas vozes sociais presente nos pronomes “a gente” – enunciados pelos secundaristas – discrepando das deliberações de “ele”, o governo. Novamente temos negações de verbos que trazem à tona a desconformidade da proposição do governo: “todo mundo não concordou”, “a gente não quer sair daqui”.

Nesses mesmos enunciados, podemos observar que o pronome “a gente” está colocado em consonância com a expressão “todo mundo”, ou seja, “todos nós, os secundaristas”, o que mobiliza sentido de unidade e totalidade, em uma frase que soaria mais natural, de acordo com a estrutura da língua portuguesa, se tivesse sido construída com o pronome ninguém: ninguém concordou. De acordo com Volochínov, a maneira que as orações são estruturadas pode trazer à tona as ideologias dos que enunciam:

O pertencimento de classe do falante não organiza de fato a estrutura estilística da enunciação somente exteriormente, ou seja, com o tema da conversação. A ideologia de classe entra para o interior (por meio da entonação, da escolha e da disposição das palavras) de qualquer construção verbal que se realiza não só com o conteúdo, mas expressa a própria forma a *relação* existente do falante com o mundo e os homens, a *relação* com aquela situação específica e com aquele auditório específico (Volochínov, 2013, p. 190).

Assim, ao optarem pela negação da generalização, pouco comum na língua portuguesa, em lugar de empregarem

a estrutura convencional construída com pronome possessivo indefinido (ninguém), cria-se ao mesmo tempo o efeito de aliança e identidade ideológica entre os secundaristas e nega-se o acordo com o governo. O pronome indefinido “ninguém” não satisfaria essa significação, uma vez que a força da negativa recairia mais sobre os sujeitos do que sobre o verbo que expressa a não conciliação: “não concordou”.

Nesse mesmo enunciado, temos a equiparação do espaço escolar, delimitado pelo dêitico “daqui” com a expressão “nossa casa”. O pronome possessivo de primeira pessoa, aliado ao substantivo “casa”, produz a aproximação dos secundaristas com a escola, criando no discurso uma relação afetiva, íntima e cotidiana com ela, o que os autorizaria, portanto, a participar ativamente dos projetos educacionais. Esse enunciado também estabelece uma relação de empoderamento dos saberes sobre a escola: “a gente sabe que não vai melhorar”. Nesse mesmo sentido, retira-se discursivamente do governo esse saber, mostrando que, enquanto os secundaristas pertencem ao espaço por excelência da comunidade escolar e sabem como ele funciona, o governo só tem argumentos que não podem ser provados ou que não convencem “porque ele acha que é melhor”. O verbo “achar”, identificado às incertezas e às inseguranças, desautoriza o conhecimento do governo e, por consequência, suas medidas.

Contrapondo-se ao discurso dos secundaristas – o de que não houve diálogo –, nas entrevistas concedidas pelo secretário Herman Voorwald, a afirmação de que há disposição da Secretaria em dialogar é recorrente e enfaticamente materializada, como por exemplo nos enunciados

[SE1] 01” O que eu farei é dialogar ao limite. Eu sou contra violência. Nós estamos falando de educação, nós estamos falando de crianças, adolescentes e jovens de ensino médio, então, nós temos que tomar muito cuidado porque são pessoas que têm reivindicações e que têm que ser ouvidas, então, a pauta dessa secretaria é diálogo, diálogo, diálogo (Secretaria da Educação, 2015c).

Nesse enunciado, observamos que Voorwald contrapõe a palavra diálogo à violência: “[...] O que eu farei é dialogar ao limite. Eu sou contra violência”.

Nas palavras do próprio secretário, diálogo e violência são conceitos ideologicamente excludentes, se há diálogo não há violência e vice-versa. Esse enunciado é possível, pois sabemos historicamente que uma das características de governos autoritários é a repressão pelo uso da violência contra os que se manifestam contrários às medidas adotadas pelos governos, assim, novamente constatamos que há a tentativa do governo do estado de São Paulo em retirar-se discursivamente de práticas autoritárias.

O próximo enunciado, assim como o enunciado [S6], revela que, mesmo nas reuniões conquistadas pelos secundaristas com o secretário, a postura era a de não negociação:

[S9] 19’ Então, no dia 06 de outubro, teve a primeira manifestação com várias escolas e nesse mesmo dia houve uma reunião com o secretário da educação, com Herman, e ele disse que não voltaria atrás com o projeto da reorganização escolar (Pronzato, 2016).

Esses enunciados por parte dos secundaristas são corroborados pelo próprio governador Geraldo Alckmin, no enunciado G1, quando a entrevistadora lhe pergunta o porquê, então, de o governo se mostrar aberto a mais “diálogo”, se eles não vão voltar atrás na proposta. De acordo com a nossa análise, a significação “diálogo” tal como foi enunciada nessa entrevista é usada por Alckmin como sinônimo de convencimento.

[G1] 1’40” Então o senhor espera que esse movimento de ocupação das escolas se esvazie naturalmente por pressão dos alunos e dos pais.

– Evidente e abertos ao diálogo, quer conversar, nós estamos 24 horas à disposição.

– Mas conversar pra quê?

– Pra discutir o modelo.

– Mas o modelo já está implementado. Se o governo não vai recuar, isso não fecha o canal de diálogo?

– Não, não, Amanda, se o argumento for válido, oh, vocês vão reorganizar mas vai ficar a distância maior, olha... nós entendemos que... (TV Uol, 2015).

Podemos depreender da fala de Geraldo Alckmin que só há o suposto diálogo, que na verdade é um encontro, uma reunião, para afirmarem a execução do projeto e poderem divulgar na mídia a ideia de que o governo está fazendo cumprir o direito de voz que todo cidadão que vive em uma democracia deveria ter garantido.

Essa preocupação em produzir enunciados que constroem sentidos de democracia e a tentativa de apagamento de qualquer discurso autoritário, o qual estamos constantemente verificando, está presente também nos enunciados abaixo, quando Voorwald explica enfaticamente o quão democrático foi o processo, nomeando e expandindo os autores do projeto, relativizando e compartilhando, assim, a responsabilidade de possíveis falhas de organização e de comunicação com as diretorias de ensino, tornando-as, na estrutura linguística, sujeito das orações enunciadas:

[SE2] 4’35” Esse trabalho foi apresentado aos dirigentes e a fala da administração para os dirigentes sempre foi “os senhores na diretorias de ensino com as suas equipes envolvam a comunidade local, conversem com os diretores, conversem com os grêmios, conversem com os pais, conversem com as autoridades locais, secretários municipais, se forem das cidades do interior, prefeitos, enfim, envolvam a comunidade local e estudem de acordo com a realidade de cada uma das diretorias, de acordo com o planejamento de cada uma das regiões no que diz respeito a novos bairros residenciais, de alunos, enfim, façam um estudo para que vocês apresentem à Secretaria, à luz da realidade local, a sua proposta de reorganização (Secretaria da Educação, 2015b).

[SE3] 5’43” É muito importante passar para os senhores de que todo esse trabalho foi feito pela Diretoria de Ensino, eles,

lá na base, as 91 diretorias de ensino, é que conhecendo a sua realidade, viabilizaram o material que está sendo apresentado pros senhores. (Secretaria da Educação, 2015b).

[SE4] 8'51" De novo, é importante que eu reafirme a minha fala que tem sido recorrente e é desta maneira que eu fiz questão que esse trabalho fosse conduzido, as diretorias de ensino fizeram toda a análise, fizeram as propostas, a Secretaria passou pras diretorias de ensino porque na realidade é elas que a partir de agora que conduzirão o processo da reorganização (Secretaria da Educação, 2015b).

[SE5] 1" Quer dizer que a Secretaria do Estado da Educação, ela está aberta a qualquer tipo de diálogo com os estudantes, com os professores e com os pais. O processo de reorganização, ele partiu desse pressuposto, o processo de reorganização foi um processo extremamente democrático, foi um processo que ele não foi construído na sua essência da secretaria para as diretorias de ensino e para as escolas, ele foi construído pelas diretorias de ensino. E a orientação da Secretaria, e nós temos isso documentado, é de que houve um envolvimento da comunidade, a participação dos professores, a participação dos diretores, esta foi, fundamentalmente, a ação das diretorias no sentido de uma construção, de uma política pública absolutamente fundamental (Secretaria da Educação, 2015a).

Apesar desse esforço em afirmar que a Secretaria da Educação incumbiu às diretorias de ensino a tarefa de realizarem um trabalho conjunto com os estudantes por meio dos grêmios e com os pais, Voorwald não cita a consulta ou o diálogo direto da Secretaria com esses setores, com os que justamente pedem a abertura do diálogo: os estudantes e suas famílias. O diálogo da Secretaria está restrito às organizações burocráticas, embora ele as chame de “base”: as diretorias de ensino. E são estas que devem responder pelas irregularidades.

A “base” para o governo tem uma significação diferente dos movimentos sociais, pois, nestes, trata-se da população e, no caso, a comunidade escolar e não somente a instituição centralizada Diretoria de Ensino. Além disso, há claramente uma contradição na fala do secretário que se manifesta discursivamente na última oração do enunciado [SE4]. O uso do verbo no futuro “conduzirão” e da expressão adverbial “a partir de agora” provocam uma ruptura na linha de raciocínio seguida até então por Voorwald: as diretorias fizeram e participaram de todo o estudo, mas só a partir de então passarão a conduzir o processo de reorganização escolar.

Ilustrando a importância que a palavra diálogo, e os sentidos próximos a ela, possui nessa arena de lutas políticas em questão, retiramos trechos do áudio vazado, no domingo, dia 29 de novembro de 2015, de uma reunião com os dirigentes de ensino.

[CG1] 28'51" Vai ter outro grupo, que este grupo não vai querer o diálogo. Mas nós temos que fazer uma ação de tal maneira que a gente vai contra o radicalismo do lado deles, tá certo, por isso que eu acho que tem que ser... aqui a informação, a conversa, com um grupo de pais, de alunos, de professores... [...] Demonstrando assim, tamo indo lá e conversando. Pode até ter nessas diferentes escolas, um grupo que aceite conversar, e um

outro grupo que não vai conversar. Ou se conversar, eles vão dizer o seguinte: eu quero o fim da reorganização (Jornalistas Livres, 2015).

[CG2] 9'26" Aí o que que eu imaginei, e continuar muito com essas reuniões, né, e documentar, tirar fotos, ter ata, que aí a gente coloca no nosso portal lá o que eu chamei de dialogômetro. Vamos mostrar lá que o dialogômetro só aumenta. E tá nessa linha. E mostrar que a radicalização está do lado de lá (Jornalistas Livres, 2015).

Tanto é verdade que estamos observando a arena de lutas entre os temas da significação “diálogo”, que o uso dessa palavra e da sua realização na prática social é evocada na reunião, por Padula, como uma “guerra” da informação.

[CG3] 11' O que vocês têm que fazer é informar, informar, informar, conversar, fazer a guerra da informação ao máximo possível e é isso que você vai desmobilizando esse pessoal e criando as agendas positivas (Jornalistas Livres, 2015).

E continua incorporando vocabulário dos discursos bélicos no discurso sobre a reorganização:

[CG4] 24'57" Então, embora tenha sido feito todo um trabalho de informação, de reunião, de reunir, de informar, um planejamento e tal, de fato houve falha na comunicação. É até possível de imaginar, você tem diretor que não quer se comprometer, você tem diretor que é da oposição. Então eles aproveitaram os momentos (inaudível), mas essa é a realidade, dado isto, como é que a gente lida e não adianta a gente ficar batendo na tecla: olha, mas o diálogo já houve se tem gente que tá desinformada ou mal informada pelos nossos colegas de Secretaria [...] eles usam o argumento do diálogo, tá certo, você vai no TJ eles não querem diálogo coisa nenhuma, o que eles são é radicais, e eles pregam diálogo toda vez que alguém fala contra a questão (inaudível) eles não querem dialogar coisa nenhuma. Mas a gente tem que pegar isso aí e escola que tá calma, o importante é informar, é chamar grupos de pais e informar, quanto mais, você pega um grupo, dois grupos, eles vão depois contando pros outros. Que é pra não dar oportunidade pro pânico se espalhar. Que na desinformação, eles criam a boataria e gera a mobilização. Então, não é de maneira nenhuma começar a fazer uma grande revisão, não, pelo amor de deus, quer dizer, que isso já foi feito, estudado, analisado e tal (inaudível). Na guerra de guerrilha a gente tem que pegar os instrumentos pra também guerrear, qual é o nosso melhor instrumento? A informação. Certo? (Jornalistas Livres, 2015).

Novamente, há uma contradição entre os temas que “diálogo” assume para os secundaristas e para Padula. Para ele, diálogo é informação, sem a possibilidade de negociação ou alteração do projeto.

A fala também demonstra que a verdadeira intenção do governo não é dialogar para encontrar saídas que satisfaçam ambas as partes, mas fazer valer o projeto a todo custo, uma imposição disfarçada de democrática.

[CG5] 14'50" Deixa eu só socializar com vocês o que aconteceu com o decreto. O decreto estava pronto, na quinta-feira nós fomos lá pro palácio, eu cheguei depois, mas tava lá pronto pro governador assinar, no final acharam que era complicado publicar o decreto tal qual ele estava porque poderia parecer o

seguinte, agora que tão falando de diálogo, vem o governador e decreta toda a reorganização (Jornalistas Livres, 2015).

Seguindo esse mesmo raciocínio, nessa “guerra” da informação, as táticas encontradas pelo governo são: continuar com as reuniões – usadas como espaço para a informação e convencimento – criar a aparência de negociação e diálogo, documentando com fotos e ata, como provas efetivas da colaboração por parte do governo. A importância de que transpareça na mídia a abertura para dialogar está explícita nos enunciados já analisados de Voorwald ([SE2] e [SE3]).

Esses dois trechos materializam a importância dada ao governo em publicizar em seu discurso a relação estabelecida com a situação dada e com o auditório específico: os meios jornalísticos, que transmitirão as notícias e reproduzirão as falas do secretário.

O governo encara as tensões opostas, a oposição à reorganização somente como falta de informação, partindo de um pré-construído de que, se os secundaristas estiverem mais bem informados sobre o projeto, aceitarão a medida. No enunciado [CG1], essa situação fica exemplificada pelo fato de Padula contrapor a aceitação de conversar com o fim da reorganização, demonstrando, assim, que em nenhum momento o governo pensa em recuar: “Pode até ter nessas diferentes escolas um grupo que aceite conversar, e um outro grupo que não vai conversar. Ou, se conversar, eles vão dizer o seguinte: eu quero o fim da reorganização”.

Padula chega a criar um neologismo que ilustra essa estratégia, o “dialogômetro”, composto pela aglutinação do termo diálogo- com o sufixo -metro, que indica medição. Dialogômetro, então, funcionará como um instrumento discursivo que vai medir a disposição e abertura do governo em estabelecer diálogo com os secundaristas para ser propagado para a sociedade “Vamos mostrar lá que o dialogômetro só aumenta”. O uso desse primeiro dêitico “lá” faz referência ao portal da Secretaria da Educação na internet, onde as notícias da secretaria são publicadas.

Novamente, temos exemplos da estratégia do governo de produzir discursos que evoquem ares democráticos ao projeto de reorganização e, ao mesmo tempo, de criar o efeito contrário no discurso dos “outros” sujeitos, pois Padula afirma que é necessário mostrar para a população “que a radicalização está do lado de lá”.

A expressão “lado de lá”, com o dêitico “lá” projetando dois planos, o “lugar de onde falam os secundaristas”, fora do tempo e do espaço onde se discute o projeto, e o “aqui”, explicitando a ideia de confronto, de que não pertencem ao mesmo grupo, apesar de serem sujeitos envolvidos com a educação.

Essa passagem ilustra o quão importante é para o governo inverter os sentidos que estavam sendo estabelecidos sobre o termo diálogo na sociedade: agora é necessário criar uma resposta ao discurso dos estudantes, mostrando

que, enquanto o governo está disposto a conversar, os secundaristas estão tomando medidas autoritárias.

No entanto, em certa parte do áudio, Padula reconhece que a reivindicação dos estudantes pode ser legítima, no sentido de que realmente pode não ter havido diálogo ([CG4]): “Então, embora tenha sido feito todo um trabalho de informação, de reunião, de reunir, de informar, um planejamento e tal, de fato houve falha na comunicação”, e ainda, “não adianta a gente ficar batendo na tecla: olha, mas o diálogo já houve se tem gente que tá desinformada ou mal informada pelos nossos colegas de Secretaria”. Observamos aqui uma contradição no discurso de Fernando Padula, pois ao mesmo tempo em que afirma que houve diálogo, admite que o trabalho de informação, que deveria ter sido feito, de fato, não foi satisfatoriamente realizado. Além disso, deixa transparecer que o governo está ciente dessas contradições quando afirma que não puderam publicar o decreto, pois seriam questionados pela população sobre a incompatibilidade entre afirmar o diálogo e decretar uma medida controversa.

Aqui, Padula usa a mesma estratégia comentada anteriormente (nos enunciados de Voorwald [SE1], [SE2], [SE3]) de transmissão de responsabilidade pelas falhas do projeto. O ex-chefe de gabinete culpabiliza os diretores ou pela incompetência, no que tange à tarefa de informação, ou pelo fato de serem da oposição. Em outras palavras, no discurso do governo, o descontentamento com a reorganização escolar é produzido nos secundaristas por dois grandes motivos: por falta de informação ou por influência de indivíduos de partidos políticos da oposição.

Considerações finais

Ao longo deste artigo verificamos que há um embate entre, pelo menos, duas vozes produzidas dialogicamente em relação à palavra “diálogo”. Essa significação adquire sempre novos temas dependendo do movimento de responsabilidade em jogo no processo dialógico, dependendo do lugar de quem enuncia e do embate ideológico emergido em dado momento histórico, neste caso, a tentativa de implementação da reorganização escolar no final de 2015.

Verificamos que a palavra “diálogo” produzida pelos secundaristas dispara determinados sentidos, o principal deles, de acordo com as análises elaboradas, é o de colaboração, com a exigência de que o projeto de reorganização escolar fosse elaborado de modo colaborativo entre o estado e a comunidade escolar, aproximando-se de um caráter mais democrático, enquanto que, para o governo, o uso da palavra “diálogo” parece estar restrito a dois eixos. Ora refere-se ao diálogo com os próprios órgãos burocráticos do estado, como as diretorias de ensino e seus supervisores, ora “diálogo” é utilizado como estratégia de convencimento da proposta da reestruturação escolar aos contrários a ela.

Nesse sentido, há uma contradição no discurso do governo, que emprega a palavra “diálogo” ao mesmo tempo em que reafirma que irá implementar o projeto. Há, portanto, o uso recorrente dessa palavra, que associamos semanticamente e pelo contexto com as palavras “informação”, “debate”, “discussão”, como estratégia para criar a ilusão de democracia, já que a ausência de diálogo, denunciada pelo discurso dos secundaristas, remete-nos a um já-dito, fazendo emergir o sentido de autocracia, sendo que, no atual momento histórico, os governos tentam, pelo menos no plano do discurso, produzir o sentido oposto: de que as medidas são frutos de um processo democrático, com a participação da comunidade escolar e fazendo valer a vontade da grande maioria da população.

Retomando o primeiro sentido utilizado pelo governo estadual que restringe diálogo às instâncias burocráticas, ao citarem veementemente que foram as diretorias de ensino as responsáveis pelo estudo, pelas propostas de mudanças e pela divulgação da informação, tenta-se criar um sentido democrático de que o projeto foi debatido, mesmo que de modo interno e institucional. Ao mesmo tempo, expõe uma distribuição de responsabilidades na qual as possíveis falhas não estão na alçada do governo e na da Secretaria, mas estão sob a incumbência dos dirigentes de ensino que fracassaram em suas tarefas ou por incompetência administrativa ou por serem de partidos políticos contrários ao que então governava (e ainda governa no momento da escrita deste artigo) o Estado de São Paulo e que, por isso, tentam atrapalhar as medidas tomadas pelo governo, como percebemos nos enunciados de [CG4].

Tendo em vista que uma mesma significação, “diálogo”, produziu diferentes temas de acordo com as posições sociais em confronto, constata-se que “nenhuma palavra reflete com absoluta precisão (‘objetivamente’) o seu objeto, o seu conteúdo. A palavra não é de fato a fotografia daquilo que denota” (Volochninov, 2013, p. 195). Assim, percebe-se que tanto os secundaristas quanto aqueles que pretendiam implementar a reorganização escolar mobilizam tal palavra de acordo com suas visões, valores e perspectivas de vida. No entanto, para avaliar essas diferentes posições ideológicas, é necessário perceber a natureza dialógica da linguagem e as relações que são estabelecidas no rastro histórico e ideológico da composição do tema de uma dada palavra.

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo, o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (Bakhtin, 2011b, p. 348).

O Círculo de Bakhtin privilegia o caráter dialógico da linguagem e sua presença indubitável na vida concreta.

As relações dialógicas, muito caras a essa teoria, vão muito além “das meras réplicas de um diálogo de um texto; [o diálogo é] um fenômeno quase universal, a permear todo o discurso humano e todas as relações e manifestações da vida humana” (Bakhtin, 2006, p. 40).

Assim, para haver relações dialógicas é necessário o outro. Na teoria bakhtiniana, o outro não representa apenas uma presença paralela ao eu, como se caminhassem juntos sem interferências, sem entrecruzamentos; ao contrário, a linguagem não pertence a um sujeito individual, mas sim ao outro que está presente internamente na constituição da linguagem do sujeito. Em cada palavra que pronunciamos existe sempre uma relação dialógica com a fala do outro, pois essa palavra carrega em si atos de confirmação, pressuposição e contradição em relação a enunciados que já foram ditos anteriormente, pois são resultados de escolhas valorativas baseadas em critérios éticos, políticos, religiosos, ou seja, ideológicos.

Segundo Bakhtin/Volochninov (2010), é impossível que alguém possa defender sua posição sem relacioná-la a outras. Esse aspecto da comunicação social nos conduz a presumir que uma relação é determinada tanto por afinidade quanto por disparidade; no momento do encontro com o *outro* criamos afinidades com certas vozes sociais que integram nosso discurso com as quais nos identificamos pelas similitudes políticas, sociais e históricas. Na mesma medida, nos defrontamos com vozes sociais que procuramos contradizer, por não nos identificarmos socialmente, mas, de todo modo, essas vozes estão presentes em nosso discurso, mesmo que seja para negá-las, assim, carregamos nos discursos diversas vozes sociais, sejam elas conflitantes ou confluentes.

Os temas mobilizados para compor a palavra “diálogo” confirmam tal natureza dialógica da linguagem. Os secundaristas, por exemplo, constroem em seu discurso, com a declaração de que o governo lhes nega diálogo, uma imagem de estado autoritário que os proíbe e os exclui da construção de um projeto educacional que os afeta diretamente. No sentido contrário, negando o discurso dos estudantes, o governo tenta se afastar da imagem de autoritarismo, deslocando os sentidos estabelecidos pelos secundaristas, em torno da palavra diálogo, para uma imagem conciliadora e colaborativa. Para isso, o governo lança mão de um neologismo como estratégia: o dialogômetro. É esse recurso que iria permitir ao governo, se o áudio não tivesse sido vazado, instaurar sentidos relacionados à democracia. Assim, A palavra diálogo não corresponde aos sentidos de conciliação e colaboração, ela corresponde a um discurso sobre conciliação e colaboração. Em outras palavras, o que importa para o governo não é o diálogo em si, mas um discurso sobre a existência do diálogo.

No final de 2015, em 4 de dezembro, o governador Geraldo Alckmin anuncia a suspensão da reorganização escolar prometendo o aprofundamento do diálogo nas

escolas durante o ano de 2016. Como vemos, a força ideológica em torno da palavra diálogo terá novos desdobramentos dos quais os embates são imprescindíveis e as palavras, sendo signos ideológicos por excelência, exporão as contradições e os valores sociais nelas contidos.

Referências

- BAKHTIN/VOLOCHÍNOV. 2010. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 203 p.
- BAKHTIN, M. 2006. *Problemas da poética de Dostoiévski*. São Paulo, Forense Universitária, 275 p.
- BAKHTIN, M. 2011a. Metodologia das ciências humanas. In: M. BAKHTIN, *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, p. 393-410.
- BAKHTIN, M. 2011b. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. In: M. BAKHTIN, *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, p. 337-358.
- BAKHTIN, M. 2011c. Os gêneros do discurso. In: M. BAKHTIN, *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, p. 261-306.
- GERALDI, J.W. 2012. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GEGe (ed.), *Palavras e Contrapalavras: Enfrentando questões da teoria bakhtiniana*. São Carlos, Pedro & João, p. 19-40.
- INDURSKY, F. 1992. *A fala dos quartéis e as outras vozes. Uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984)*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Unicamp, 382 p.
- JORNALISTAS LIVRES. 2015. Secretaria de Educação prepara “guerra” contra as escolas em luta! - Jornalistas Livres. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=68qbymS6Xvc>. Acesso em: 28/08/2016.
- MARX, K.; ENGELS, F. 2007. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 614 p.
- MIOTELLO, V. 2005. Ideologia. In: B. BRAIT (ed.), *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo, Contexto, p. 167-177.
- MEDVIÉDEV, P.N. 2012. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo, Contexto, 269 p.
- MONTEIRO, A. 2015. SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/233990-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml>. Acesso em: 03/09/2016.
- PONZIO, A. 2011. *A revolução Bakhtiniana*. São Paulo, Contexto, 334 p.
- PRONZATO C. (dir.). 2016. *Acabou a paz: Isso aqui vai virar o Chile* [Documentário]. Brasil, La Mestiza Audiovisual.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. 2015a. Reorganização foi planejada com as diretorias de ensino para envolver a comunidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rpQMfOng060>. Acesso em: 04/08/2016.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. 2015b. Herman Voorwald anuncia resultado da reorganização. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bj3VDitxvLk>. Acesso em: 03/08/2016.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. 2015c. “A pauta desta Secretaria é o diálogo”, reafirma secretário da Educação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dPmJ_MYzyv4. Acesso em: 03/08/2016.
- TCHOUGOUNNIKOV, S.O. 2003. Dialogismo e a Paleontologia da Linguagem: o Círculo de Bakhtin na episteme soviética (1920-1930). *Conexão Letras*, n. 1, Linguística/Literatura & Encontros e Pesquisa. Disponível em: <http://www.msmidia.com/conexao/3/cap3.pdf>. Acesso em: 06/03/2014.
- TV UOL. 2015. “A reorganização já está feita”, garante Alckmin sobre mudanças na educação. Disponível em: <http://tvuol.uol.com.br/video/a-reorganizacao-ja-esta-feita-garante-alckmin-sobre-mudancas-na-educacao-04024C983268E4B15326/>. Acesso em: 28/09/2016.
- VOLOCHÍNOV, V.N. 2013. A palavra e suas funções sociais. In: J.W. GERALDI (ed.), *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos, Pedro & João Editores, p. 189-212.
- ZANDWAIS, A. 2009. Bakhtin/Volochinov: condições de produção de Marxismo e Filosofia da Linguagem. In: B. BRAIT (ed.), *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo, Contexto, p. 97-116.

Submetido: 30/10/2016

Aceito: 12/06/2017